

CARTAS E FLORES¹

*Monica de Bolle*²

As cartas estão circulando. Endereçadas ao presidente-eleito, as cartas estão nos jornais. Versam as cartas sobre o isso e o aquilo. O isso que o presidente-eleito deveria fazer e o aquilo que o presidente-eleito não deveria fazer. Eu gosto de cartas. As cartas nos dão o tempo da reflexão, a cadência da escrita, o ritmo do pensamento. As boas cartas são palavra viva. Não acho que isso possa ser dito das cartas dos economistas.

As cartas dos economistas parecem relíquias. Não falo de restos mortais dos santos cristãos, mas sim dos vestígios que restaram de uma época que se foi. Vejo nas cartas as sobras e cacos daquilo que foi atravessado pelo tempo e pelo mundo. As cartas não apresentam contrapontos que me pareçam antenados com esse momento, esse daqui e nenhum outro. De um lado, falam de responsabilidade fiscal como se essa fosse a mais importante das mais importantes finalidades da contribuição econômica. E, sabem, eu nem discordo disso? A não ser por um singelo apreço pelas definições e conceitos, e por um grande entusiasmo pelo novo. O novo requer a redefinição da responsabilidade fiscal nos moldes da distribuição de recursos, inclusive no que toca ao meio ambiente. Há árvores e florestas na responsabilidade fiscal. Há ecossistemas, ciclos hidrológicos, biodiversidade. Há povos originários na responsabilidade fiscal. A responsabilidade fiscal é viva. A responsabilidade fiscal se constrói a partir da aridez contábil — receitas menos despesas, controle da dívida pública — para tornar-se, mediada pela distribuição, justiça, inclusão, cidadania, bioeconomia, biotecnologia, sustentabilidade ambiental.

Da matemática que rege as metas e regras da responsabilidade fiscal quando bem feitas afloram as relações que possibilitam a modernização do País em torno dos eixos do Século XXI: a desigualdade, a saúde pública, o clima. A desigualdade não é afetada apenas por má gestão econômica. Ela resulta, também, das mudanças climáticas e das pandemias. É esse o mundo em que vivemos. É a partir dessa realidade que a responsabilidade fiscal ganha contornos modernos. O planejamento para que o Brasil desenvolva polos biotecnológicos a partir da vastidão de recursos naturais de que

¹ Artigo publicado originalmente em 19 de novembro de 2022 na Newsletter do Substack Pensando Alto, de Monica de Bolle. Disponível em: https://open.substack.com/pub/bolle/pqcartas-e-flores?r=16n8hc&utm_campaign=post.

² Professora da Johns Hopkins University e Senior Fellow no Peterson Institute for International Economics.

dispomos. O planejamento para que se possa imaginar uma bioeconomia formada por indústrias de biocombustíveis, indústrias de produtos destinados à agricultura sustentável, indústrias de insumos laboratoriais para a pesquisa, indústrias para o desenvolvimento de novos medicamentos para o tratamento de microrganismos resistentes aos antimicrobianos existentes. Planejar a bioeconomia é responsabilidade fiscal. Estabelecer metas de endividamento compatíveis com a reinvenção da indústria brasileira pela biotecnologia é responsabilidade fiscal. Desenhar instrumentos para alcançar essa meta, como regras para o crescimento dos gastos públicos, é responsabilidade fiscal. O regime fiscal moderno é verde, equitativo e vivo.

Nessas cartas e em seus contrapontos aparecem argumentos para a sustentação de uma responsabilidade fiscal caduca, arcaica, que não conversa com o mundo e com a realidade por ele apresentada. Trata-se de uma responsabilidade fiscal morta, ou, na melhor das hipóteses, plastificada. Talvez tenha sido por isso que quando as vi, fiquei na cabeça com a música dos Titãs, com o refrão: “as flores de plástico não morrem”.

Cansei dessas flores com cheiro de morte. Podemos nos oferecer bem mais do que isso, sobretudo depois de passarmos quatro anos cheirando morte. Podemos nos oferecer outros refrões.

*“Há flores cobrindo o telhado
E embaixo do meu travesseiro
Há flores por todos os lados
Há flores em tudo que vejo”*